

HIPERTEXTO/EDUCAÇÃO

Desde 2010 é obrigatório que crianças com necessidades especiais frequentem escola regular. O problema é que nem todas estão prontas

# INCLUSÃO ESCOLAR AVANÇO ESBARRA NO DESPREPARO

CLÁUDIA FELIZ  
cfeliz@redegazeta.com.br

Ninguém, em sã consciência, ousaria discordar da importância de pessoas com deficiência serem respeitadas e terem a garantia de amplos direitos na sociedade. A educação inclusiva é um deles. Receber crianças com necessidades educacionais especiais é uma obrigação legal das escolas. A questão, que gera debate e indignação, é saber se as escolas regulares estão preparadas para receber essas crianças e ajudá-las a desenvolver todo o seu potencial.

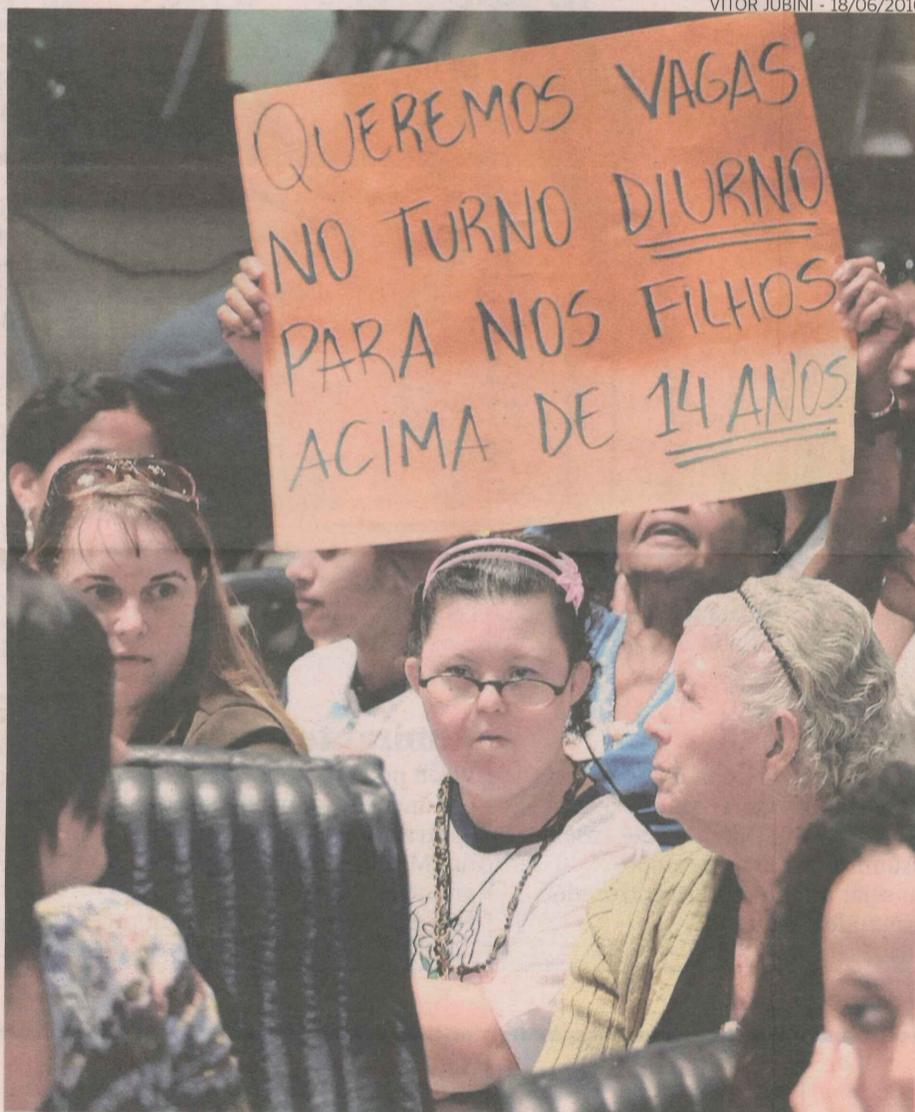
Até 2010, as unidades da Associação de Pais e Amigos de os Excepcionais (Apae) e da Pestalozzi absorviam crianças com deficiência, funcionando como unidades educacionais. As entidades recebiam apoio dos governos para pagamento de professores e manutenção do serviço. Mas uma mudança na lei estabeleceu que esses alunos, a partir deste ano, deveriam, obrigatoriamente, ser encaminhados para as escolas regulares.

Ficaram as entidades filantrópicas, então, com um papel complementar, fora do horário escolar, fazendo atendimento especializado. Em 2010, segundo o Censo Escolar, 484.332 alunos com deficiência frequentavam classes comuns no país.

Mas, para muitos pais que levavam seus filhos com deficiência intelectual ou física - alguns com ambas -, diariamente, a uma Apae ou Pestalozzi, a rotina mudou completamente com a obrigação de a escolarização se dar em escolas regulares, e as filantrópicas passaram a atender apenas suplementarmente os alunos, duas ou três vezes por semana.

## REDUÇÃO

Em nível nacional, segundo a Apae, ao longo dos últimos anos, as medidas de inclusão causaram reflexos que a instituição considera incoerentes com a proposta de inclusão do Ministério da Educação. A Apae garante que cerca de 10% do total de alunos matriculados em 2006 simplesmente desapareceu em 2009. Teria havido uma redução de



Temendo por prejuízos à educação dos filhos, pais foram à Assembleia Legislativa

60.906 do total de alunos no período, a partir de 2007.

O fato de a obrigatoriedade de frequência à escola regular ter se dado num curto espaço de tempo, retirando das instituições filantrópicas esse caráter, aliado à constatação de que nem toda a rede pública de ensino (sem falar na privada) está preparada para receber a nova demanda de alunos - o que requer qualificação de profissionais, equipamentos e prédios com estrutura

física adequada -, são motivos de queixas de muitos pais.

O presidente da Federação das Apaes no Espírito Santo, Rodolfo Dalla Bernardina, pai de uma jovem de 23 anos com síndrome de Down, diz conhecer casos em que crianças simplesmente não aceitam entrar numa escola regular. Outras, estariam matriculadas, mas não frequentariam. Rodolfo deixa claro que é a favor da inclusão. Sua filha Fernanda sempre frequentou

escola regular, além de ir à Apae.

"Minha filha foi matriculada em escola regular já na década de 1990. Não aprendeu a ler e nem a escrever, mas nós entendíamos que era importante sua interação com outras crianças. Só que, mesmo com essa convivência, quando ela fez 15 anos, convidamos seu colegas de escola para irem à sua festa, e nenhum deles apareceu", comenta.

Para Rodolfo Dalla Bernardina, esse é apenas um exemplo de que inclusão não se impõe por regra legal. "Os doutores da educação têm que entender que pessoas não são números, e que as com deficiência precisam de uma atenção especializada", argumenta. E vai além: "Na teoria da relação de igualdade e oportunidade o direito é perfeito, mas, na prática, a sociedade ainda discrimina as pessoas com deficiência", desabafa.

É claro que a legislação que respalda a inclusão escolar visa a pôr fim a essa realidade. Mas Rodolfo Dalla Bernardina diz que é preciso um investimento muito maior, além das adaptações físicas das escolas - o que não acontece em todas -, destacando, em especial, dificuldades da criança com deficiência intelectual.

## QUEIXAS

Avó de uma criança autista, a dona de casa Sebastiana Mendes da Rocha, 49, sente na pele essa situação. Embora faça questão de ressaltar que Eduarda, 4, é tratada com muito carinho numa escola pública de educação infantil de Vitória, ela diz que os profissionais não sabem lidar com a menina.

"Já fui chamada algumas vezes para buscar minha neta na escola. Numa delas, porque Eduarda mordeu a professora. Até chorei. O pessoal diz que não sabe como agir quando ela fica agressiva. Mas Eduarda não faz por mal...", diz a avó.

Mãe do jovem Gustavo, que tem Síndrome de Lennox-Gastaut - entre os sintomas, ele apresenta crises convulsivas e comprometimento mental -, Marilda Delatorre também critica a forma como a inclusão escolar vem se dando.

Aos 21 anos, Gustavo só poderia fre-



#### Proteção

Marilda Delatorre não aceita que seu filho Gustavo frequente uma escola regular à noite.

FOTO: Ricardo Medeiros

## Estado: rede pública tem como atender a todos

▄ A rede estadual de ensino do Espírito Santo dispõe de 200 salas de recursos, com brinquedos diversos, computadores, materiais de tecnologia assistida, como quadro de imagens para autistas e pessoas com paralisia cerebral, além de lupa eletrônica para quem tem baixa visão.

Nesses 200 estabelecimentos, instalados em 76 municípios, os alunos dispõem dessas ferramentas no chamado contraturno. Além disso, estudantes com deficiência auditiva têm aulas com professores com formação em Libras.

#### DIREITO GARANTIDO

A busca, diz a subgerente estadual de Educação Especial, Sônia Alvarenga, é de se garantir o direito à educação para todos, conforme prevê a Constituição. “Todas as pessoas têm condições de aprender. Havendo muita diferença, devido à limitação de um ou mais alunos, o currículo é adaptado”, explica ela.

Sônia Alvarenga afirma que mais de 80% dos alunos com deficiência do Estado, de 7 a 14 anos, estão matriculados na escola regular. Os que estão fora dessa faixa podem frequentar salas de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

#### ASSISTÊNCIA

Por cada grupo de 15 alunos – no caso dos mais comprometidos em termos de deficiência – há um professor e um cuidador. Para o grupo já incluído, a relação é de um professor para 20 alunos, chegando a 25, no caso dos adultos.

A subgerente explica que existem cerca de 430 professores cedidos a Apaes e Pestalozzis em todo o Estado, além de 137 cuidadores, e que a Secretaria da Educação está em fase de seleção para contratar 59 pedagogos que serão disponibilizados para essas instituições.

## PREVISÃO LEGAL

### ▼ Constituição Federal (1988)

Estabelece que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, e assegura atendimento educacional especializado aos “portadores de deficiência”, preferencialmente na rede regular de ensino

### ▼ Resolução 04 do MEC (2010)

Estabelece que alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades devem ser matriculados nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado

quentar uma sala da Educação de Jovens e Adultos, à noite. A mãe até o matriculou em um colégio público de Vila Velha – condição necessária para garantir acesso do rapaz às atividades da Apae, duas vezes na semana –, mas ele não vai às aulas do ensino regular.

“A diretora me disse que eu teria que ficar na sala com ele, porque não há condições de ele ir sozinho. O que Gustavo aprenderia sentado no fundo da sala? Não me conformo”, diz a mãe.

Ela critica o fato de autoridades públicas terem determinado uma obrigatoriedade que, na sua opinião, ameaça acabar com o que era bom: o atendimento nas instituições filantrópicas. “A Apae tem psicólogo, assistente social, e especialistas que orientam não só as crianças mas também os pais. Já as escolas regulares não têm essa estrutura”, critica dona Marilda.

#### FUTURO DA APAE

A preocupação das mães com o despreparo da escola é acrescida de outra: o temor que a Apae, para onde levam seus filhos duas vezes por semana, feche as portas. O presidente da Federação das

Apaes no Estado não acredita que isso aconteça, mas admite que a mudança da legislação, que restringiu as funções da instituição, impactou em muito as finanças das unidades.

Além de perder professores – o corte na Apae foi de dois terços, o que faz a unidade de Vitória, por exemplo, só dispor agora de 23 – com menos alunos também houve redução nos repasses financeiros, segundo explica a superintendente da federação no Estado, Maísa Dadalto.

Ela explica que o Espírito Santo, que possui 40 das 2.070 unidades da Apae existentes no país, saiu na frente obedecendo a legislação que transformou as escolas especiais em centros de atendimento especializado. “Mas há Estados que não cumpriram e continuam recebendo os repasses federais”, explica a superintendente.

Para Maísa Dadalto, a sociedade precisa conscientizar-se da importância de ajudar as instituições filantrópicas, que devem se manter para oferecer, entre outros serviços, atendimento a pessoas idosas com deficiência, algo que a rede pública escolar não faz.

## ANÁLISE

### Todos ganham com a convivência

▄ A lei foi imposta sem que se fizesse uma preparação, não só de profissionais, mas da sociedade em geral. Preocupou-se mais com a socialização, e menos com o cognitivo. O fato é que as crianças têm condições de aprender, dentro das suas possibilidades, mas é necessário que o Estado ofereça uma estrutura melhor, com pessoas de apoio, professores capacitados. As políticas públicas ainda não estão prontas para a adesão. Mas devemos admitir que avançamos.

Antes, a criança com deficiência era rejeitada. Hoje, a visão é ampla, de democracia, fraternidade, respeito, igualdade. A criança que lida com o outro, diferente, aprende a fazê-lo sem preconceito. A oportunidade de os diferentes estarem no meio dos outros, convivendo num mesmo ambiente, é importantíssima. Todos ganham com essa convivência.

— RENNE C. LEÃO BORGES

MESTRE EM EDUCAÇÃO, PSICOPEDAGOGA E PROFESSORA DAS FACULDADES METODISTA E FTU DO ESPÍRITO SANTO